

# Economia Social Solidária e Turismo de Base Comunitária: aproximações teóricas e teórico-empíricas

Solidarity Social Economy and Community Based Tourism: theoretical and theoretical-empirical approaches

Economía Social Solidaria y Turismo de Base Comunitaria: enfoques teóricos y teórico-empíricos

**João Pedro Ferraz Zanetoni**

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)*

*Campo Grande, MS, Brasil*

[joao.zanetoni@ufms.br](mailto:joao.zanetoni@ufms.br)

DOI: <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.23n3.2023.2099>

Submetido: 08 maio 2023

**Milton Augusto Pasquotto Mariani**

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)*

*Campo Grande, MS, Brasil*

[milton.mariani@ufms.br](mailto:milton.mariani@ufms.br)

Aprovado: 06 setembro 2023

**Geraldino Carneiro de Araújo**

*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)*

*Campo Grande, MS, Brasil*

[geraldino.araujo@ufms.br](mailto:geraldino.araujo@ufms.br)

**RESUMO:** A economia social e solidária é uma forma de organização que preza pela coletividade, autonomia e igualdade no trabalho. O Turismo de Base Comunitária (TBC) possui valores parecidos, principalmente no que diz respeito à participação da comunidade no planejamento do turismo. Muitas comunidades que aderem ao TBC se estruturam de acordo com os princípios da economia social e solidária, contudo, as pesquisas sobre TBC pouco falam das questões de gestão interna das comunidades. Nesse sentido, o objetivo deste ensaio teórico é relacionar a economia social e solidária com o TBC. Os resultados permitiram tal aproximação teórica-empírica, destacando dinâmicas que refletem a gestão interna (governança local, autorregulação, gestão coletiva e relações ambientais) e a relação com o turismo (gestão comunitária e protagonismo local).

**PALAVRAS-CHAVE:** economia Solidária, gestão do turismo, organização coletiva.

**ABSTRACT:** The social and solidarity economy is a form of organization that values collectivity, autonomy and equality at work. Community Based Tourism (CBT) has similar values, especially with regard to community participation in tourism planning. Many communities that adhere to CBT are structured according to the principles of social and solidary economy, however, research on CBT does not speak about issues of internal management of communities. In this sense, the objective of this theoretical essay is to relate the social and solidarity economy with CBT. The results allowed such a theoretical-empirical approximation, highlighting dynamics that reflect internal management (local governance, self-regulation, collective management and environmental relations) and the relationship with tourism (community management and local protagonism).

**KEYWORDS:** solidarity economy, tourism management, collective organization.

**RESUMEN:** La economía social y solidaria es una forma de organización que valora la colectividad, la autonomía y la igualdad en el trabajo. El Turismo de Base Comunitaria (TBC) tiene valores similares, especialmente con respecto a la participación comunitaria en la planificación del turismo. Muchas comunidades que adhieren a la TBC están estructuradas según los principios de la economía social y solidaria, sin embargo, las investigaciones sobre la TBC no hablan de cuestiones de gestión interna de las comunidades. En este sentido, el objetivo de este ensayo teórico es relacionar la economía social y solidaria con la TBC. Los resultados permitieron tal aproximación teórico-empírica, destacando dinámicas que reflejan la gestión interna (gobernanza local, autorregulación, gestión colectiva y relaciones ambientales) y la relación con el turismo (gestión comunitaria y protagonismo local).

**PALABRAS CLAVES:** economía solidaria, gestión turística, organización colectiva.

## 1. Introdução

No Brasil, as discussões teóricas acerca da economia social e solidária iniciaram-se na década de 1980 e foram se intensificando na década seguinte (Singer, 2002). Esse modelo de organização surge com uma característica emancipatória, pautada na crítica das privatizações, competitividade desenfreada e crescimento de monopólios, o que resultava na exclusão de diversas comunidades tradicionais (Simon & Boeira, 2017; Moreira, 2019). Fundamenta-se, a economia social e solidária, na organização coletiva, que respeita a pluralidade, mobiliza atores, pratica o preço justo, distribui melhor as riquezas geradas, apoia-se na proximidade e reciprocidade e envolve os aspectos econômicos, políticos, sociais e ambientais (Simon & Boeira, 2017; Moreira, 2019).

O conceito de economia social e solidária, e a forma de analisar iniciativas pautadas nela, evoluíram com o passar dos anos. Atualmente é possível analisar organizações de acordo com sua governança, autorregulação, gestão coletiva e relações ambientais (Miranda, 2020; Kiffer, 2021). A economia social e solidária pode representar um caminho para superar a dinâmica socioeconômica vigente e se mostra como um potencial de valorização de comunidades tradicionais. Uma atividade econômica - bem como um fenômeno social - que possui valores semelhantes, inclusive, em termos de organização, é o Turismo de Base Comunitária (TBC).

O TBC caracteriza-se como um modelo de turismo gerido internamente, aproveitando-se dos aspectos endógenos da comunidade sem intervenção – no máximo adaptações. Nessa forma de gestão do turismo a população local é não somente participativa na gestão do turismo, mas protagonista no roteiro turístico desenvolvido (Burgos & Mertens, 2015; 2016). Nesse sentido, um novo paradigma de turismo é criado, no qual a população local assume o controle das ações, trazendo empoderamento e emancipação das práticas do turismo (Fabrino, Costa & Nascimento, 2012). Ou seja, o TBC é um modelo de turismo endógeno, que se aproveita das relações internas da comunidade para se solidificar como atividade que busca gerar autonomia.

Diversas comunidades se organizam de forma coletiva a partir dos princípios da economia social e solidária e iniciam atividades turísticas em seus territórios. Essas comunidades passaram a se organizar em forma de associações e cooperativas, utilizando os preceitos da economia social e solidária e se vincularam com o turismo. Práticas nesse sentido são encontradas no Equador, na Costa Rica e na Argentina (Aldecua, 2011; Arias-Hidalgo & Méndez-Estrada, 2016; García, 2020). No Brasil, os casos de economia social e solidária que se atrelam ao turismo, buscando maior autonomia na gestão da atividade, apresentam uma diversidade muito grande de formas de gestão. Além disso, apontam para pouco ou quase nenhuma participação na gestão do turismo local, dependendo de atores externos e

empresas monopolistas (Flores, Lima & Christoffoli, 2016; Ronconi, Menezes & Bittencourt, 2019; Eça, 2021; Mariosa et al., 2022).

A economia social e solidária e o TBC possuem características emancipatórias, que resguardam as particularidades dos territórios e das vivências das comunidades. O ponto em comum em que ambas as teorias se aproximam é uma heterogeneidade de gestão e modelo de organização, o que dificulta uma discussão sobre comunidades que aderem ao TBC a partir de organizações da economia social e solidária. E os casos que relatam práticas de TBC pouco focam em como essas comunidades se organizam internamente. Nesse sentido, o objetivo deste ensaio teórico é relacionar a economia social e solidária com o TBC. Dessa forma, trata-se de uma discussão com base em textos teóricos e teórico-empíricos sobre a temática. Assim, este artigo é organizado em quatro seções: a primeira foi essa introdução, expondo o tema a ser discutido e o objetivo da pesquisa. A segunda parte se aprofunda nas dimensões teóricas e práticas sobre economia social e solidária e TBC. A partir de casos práticos, a terceira seção discute os pontos principais sobre a organização da comunidade sobre a economia social e solidária e as dinâmicas do TBC. E, por fim, são apresentadas as considerações.

## **2. Apresentando as dimensões da Economia Social e Solidária e do TBC**

A economia social e solidária pode ser entendida como um fenômeno que reconfigura as relações entre o mercado e o Estado, com uma articulação específica envolvendo as esferas econômicas, políticas e sociais, com as suas diferentes lógicas (pluralidade) e, apesar de interagir com as formas econômicas dominantes (capitalistas), considera outros aspectos de ação organizacional ou coletiva de forma associativa (social, solidário e justo) (Simon & Boeira, 2017). As organizações dessa economia apresentam diferentes configurações e têm em comum um projeto definido por um produto ou serviço que contribui para a sociedade ou para o coletivo (Simon & Boeira, 2017). Tais organizações podem implementar novas formas de utilização dos territórios, novas maneiras de produção e consumo de bens e serviços. Pode-se entender que a economia social e solidária pressupõe uma ação coletiva, tem melhores condições para mobilização e é um instrumento para o enfrentamento dos desafios sociais, econômicos e ambientais (Moreira, 2019).

A economia social e solidária manifesta-se como uma estratégia de desenvolvimento local e sustentável singular, fundamentando-se, principalmente, em uma contraposição ao modelo hegemônico de governança e produção. A autonomia dada às iniciativas de economia social e solidária é a principal base para as premissas desenvolvidas ao longo dos anos em pesquisas sobre a temática. Razeto (1990) e Laville (2004) propõem princípios como gestão doméstica, reciprocidade, aproximação entre produção, distribuição e consumo (horizontalidade) e redistribuição dos benefícios gerados de forma igual. Singer (2002) fala da autogestão, participação democrática e da base cooperativa e coletivista. Mais recentemente, estudos têm focado em compreender a democratização das propriedades (lugar de fala, tomada de decisão conjunta) e a forma como é distribuída a renda entre os envolvidos com o empreendimento (Chaves & Savall, 2014; Pavlovskaya et al., 2020), também, Fonseca, Morais e Chiariello (2021) acrescentam uma ideia de local, de aproximação com a cultura local e participação coletiva.

Existem uma série de princípios que podem nortear a gestão na economia social e solidária, e que estes vêm avançando e se modificando. Em trabalhos recentes, como em Miranda (2020) e Kiffer (2021), são tratados quatro pilares para abordar os processos da economia social e solidária. Os autores versam sobre (I) as relações com o meio ambiente, que é de extrema importância e tem se

tornado pauta cada vez mais corrente em debates sobre desenvolvimento sustentável em comunidades. Além disso, (II) o pilar da governança que versa sobre as formas que organizações da economia social e solidária estabelecem sua gestão, baseando-se nas pessoas, na propriedade e na democracia, todos prezando pelo coletivo. Outro pilar que está intimamente relacionado com a governança é (III) a autorregulação, que são os processos que estabelecem o direcionamento que os atores seguem dentro das organizações. Por fim, (IV) a gestão coletiva que se trata da busca coletiva pelos objetivos, articulando eficiência com solidariedade.

A ideia de coletividade e protagonismo é vista também na literatura de TBC. O turismo é uma atividade com potencial para melhoria na qualidade de vida ao dar visibilidade para uma comunidade. Porém, o desenvolvimento do turismo brasileiro aconteceu de uma forma tão acelerada que tal processo gerou problemas graves – trata-se de um turismo predatório e massificado. Escobar (2005) estabelece muito bem a lógica desse modelo turístico: é um viés eurocêntrico, que se caracteriza por ter o lucro como seu principal objetivo, o que acaba por contribuir com a predação de aspectos culturais e ambientais, além de se aproveitar do conhecimento local. Em resposta tem-se o contexto em que o turismo é sugerido com uma “roupagem” pautada no “eco”, o que o aproxima do ambientalmente correto e valorizador das paisagens naturais. Contudo, toda uma nova corrente no turismo se formou, em que se cobra não apenas o discurso do “eco”, mas a promoção do desenvolvimento local, da valorização cultural, da participação dos atores sociais, em suma, da emancipação da comunidade por meio do turismo (Maldonado, 2009; Fabrino, Costa & Nascimento, 2012).

Dessa forma, o TBC surge como uma alternativa ao modelo de turismo predatório e excludente vigente em diversos locais, e que geram grande insatisfação da comunidade de modo geral (Barros & Rodrigues, 2019). O TBC vem se destacando em debates acadêmicos no Brasil desde a década de 1990. Em uma definição consistente, tem-se que o TBC se trata de um modelo de desenvolvimento turístico centrado em recursos endógenos de uma determinada localidade – pessoas, rotinas, cultura, natureza e infraestrutura local –, ou seja, é um turismo protagonizado pela comunidade receptora, tanto na gestão quanto na oferta de bens e serviços turísticos (Costa, 2013). Sansolo e Bursztyn (2009), consideram que o TBC é um modelo alternativo de gestão turística, que tem o objetivo de diversificar a economia dos sistemas produtivos locais e ser totalmente gerido pela comunidade. Para Maldonado (2009), a sustentabilidade na autogestão dos recursos enfatiza as práticas de colaboração entre os agentes e que devem ser preservadas, bem como a equidade no trabalho e na distribuição dos resultados.

A construção de organizações coletivas em comunidades que aderem a atividades turísticas, mostra uma grande heterogeneidade de processos na América Latina (Aldecua, 2011; Palomino-Villavicencio & López-Pardo, 2019). Kieffer (2021) aponta para comunidades agrárias que possuem capacidade de se organizar de forma social, política e produtiva em seus territórios, podendo planejar e gerir atividades turísticas de forma comunitária. O trabalho de Zanetoni et al. (2022) buscou encontrar um padrão em iniciativas de TBC, especificamente em assentamentos rurais. Os autores trabalham com três dimensões teóricas do TBC: Gestão Comunitária, Valorização do Patrimônio e Roteiro Turístico. Apesar dos autores estabelecerem dimensões que vão ao encontro da teoria sobre TBC, se faz necessário um foco maior nos processos de gestão que as comunidades assumem ao se envolverem com o turismo. Ocorre que a partir dos anos 2000, as iniciativas que vinculavam organizações coletivas com turismo utilizam princípios de gestão da economia social e solidária, adotando modelos de cooperativas e associações em comunidades tradicionais (Lemas Valencia & García de Fuentes, 2019).

Na América Latina, é possível encontrar casos em que organizações comunitárias pautam-se nos princípios da economia social e solidária e aderem a atividades turísticas. García (2020) aponta que na Argentina a gestão é realizada de diversas formas nas várias regiões do país, que se utilizam de cooperativas a partir das unidades familiares. Na Costa Rica, as atividades são desenvolvidas por famílias camponesas e organizações comunitárias (Arias-Hidalgo & Méndez-Estrada, 2016). Aldecua (2011) expõe que no Equador surgem a partir de associações em comunidades indígenas. No Brasil, é comum encontrar atividades turísticas em espaços rurais a partir de associações e cooperativas que são pautadas nos princípios da economia social e solidária, sejam de camponeses (Flores, Lima & Christoffoli, 2016), de ribeirinhos (Ronconi, Menezes & Bittencourt, 2019; Mariosa et al., 2022) ou de quilombolas (Eça, 2021). Apesar de utilizarem modelos organizacionais relativamente parecidos (associações e/ou cooperativas) e proporem atividades que aproximam as comunidades do turismo, nota-se uma diferença muito grande principalmente em termos de gestão (processo decisório, lideranças, departamentos administrativos) e distribuição de renda.

Nesse sentido, o Quadro 1 sumariza os conceitos presentes até aqui, desenvolvendo dimensões as quais serão utilizadas para compreender as dinâmicas em casos brasileiros de comunidades que organizam atividades turísticas.

**Quadro 1**  
Dimensões teóricas da economia social e solidária e do TBC

| <b>Organização da Economia Social e Solidária</b> |  |
|---|--|
| <b>Categoria</b>                                  | <b>Descrição</b>   |
| <b>Governança Local</b>                           | Diz respeito à participação da comunidade nos processos de tomada de decisão interna, o fluxo de informações, a relação com atores externos etc.                                   |
| <b>Autorregulação</b>                             | São as técnicas de gestão que a comunidade atribui para a organização, como formulam os encontros, como fazem registro, como se regulam etc.                                       |
| <b>Gestão Coletiva</b>                            | Compreende questões de liderança e poder dentro das organizações, a forma de distribuição da renda e alcance dos objetivos coletivos etc.  |
| <b>Relações Ambientais</b>                        | Abrange a responsabilidade com meio ambiente, a gestão de impactos ambientais dos recursos naturais locais etc.  |
| <b>TBC</b>  |  |
| <b>Categoria</b>                                  | <b>Descrição</b>   |
| <b>Gestão Comunitária</b>                         | Aborda o diálogo entre os atores envolvidos com a atividade turística, inclusive os externos, as etapas de planejamento e implementação na comunidade, equidade no trabalho etc.   |
| <b>Protagonismo Local</b>                         | Compreende a valorização do patrimônio da comunidade (histórico/cultural e ambiental), a integração de atividades locais com o turismo, a comercialização dos produtos locais etc. |

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

O Quadro 1 apresenta campos teóricos que relacionam a economia social e solidária com o TBC. No bloco “Organização da Economia Social e Solidária” destaca-se as categorias Governança Local, Autorregulação, Gestão Coletiva e Relações Ambientais (Razeto, 1990; Singer, 2002; Lavile, 2004; Chaves & Savall, 2014; Miranda, 2020; Pavlovskaya et al., 2020; Fonseca, Morais & Chiariello, 2021; Kiffer, 2021). No bloco “TBC”, destacam-se as categorias Gestão Comunitária e Protagonismo Local (Flores, Lima & Christoffoli, 2016; Ronconi, Menezes & Bittencourt, 2019; Eça, 2021; Mariosa et al.,

2022; Zanetoni et al., 2022). Como discutido anteriormente, casos que relatam práticas de TBC em comunidades que seguem os princípios da economia social e solidária apresentam uma diversidade de formas de gestão. Cabe entender que práticas dessas associações/cooperativas têm assumido de acordo com o modelo teórico disposto no Quadro 1. As próximas subseções focam em analisar os casos brasileiros de comunidades que se organizam a partir dos princípios da economia social e solidária e desenvolvem atividades de TBC.

## 2.1 Entendendo os princípios da Economia Social e Solidária em iniciativas de TBC

As comunidades que aderem as práticas de TBC geralmente se organizam em cooperativas e/ou associações (Boni & Vieira, 2015; Soto, 2016; Gómez-Carreto et al., 2018; Ronconi, Menezes & Bittencourt, 2019; Proença & Neto, 2022), além de redes que contemplam várias iniciativas (Soto, 2016; Luz dos Santos, Ribeiros dos Santos & Marques, 2020; Tonini & Dolci, 2020). Em termos da estrutura de suas organizações, nota-se uma diversidade de formas adotadas, o que vai ao encontro de Collazos (2023), ao constatar que as organizações da economia social e solidária são pautadas em uma economia plural, adotando várias formas de estruturação. Contudo, alguns pontos podem ser observados. Ronconi, Menezes e Bittencourt (2019) versam sobre tomada de decisão conjunta nos temas que envolvem diretamente a associação/cooperativa, como a entrada de um novo membro. Gómez-Carreto et al. (2018) constatam que as comunidades buscam autonomia na gestão utilizando ferramentas que lhes são pertinentes, pautadas nos próprios saberes e experiências.

A autonomia e participação dos membros na tomada de decisão são marcantes em diversos casos (Gómez-Carreto et al., 2018; Ronconi, Menezes & Bittencourt, 2019; Tonini & Dolci, 2020; Graciano & Holanda, 2021). Outro ponto de destaque é o fato de que grande parte dessas associações possuem suporte de atores externos, principalmente universidades e secretarias de turismo. Esses parceiros atuam como fomentadores e incentivadores, mantendo a autonomia das comunidades, mas articulando novas parcerias com prefeituras locais, ONG's, empresas privadas etc. (Soto, 2016; Xavier et al., 2017; Gómez-Carreto et al., 2018; Tonini & Dolci, 2020). Isso deixa claro a necessidade de diálogo com atores externos, porém, mantendo a autonomia da comunidade nas tomadas de decisões. Sobre a autorregulação, entende-se que se trata das técnicas que a organização adota para alcançar os objetivos que estipulam (Miranda, 2020). Nota-se uma diversidade de ferramentas que, se por um lado podem não contribuir com a ideia de um modelo a ser observado em pesquisas futuras - tendo em vista a diversidade de cada caso -, por outro, afirmam a autogestão das comunidades, que escolhem seus métodos de gestão de acordo com sua realidade.

Ronconi, Menezes e Bittencourt (2019) constatam critérios de seleção para fazer parte da cooperativa/associação que são bastante flexíveis - basta que seja morador local e ter produção vinculada ao propósito da associação. Outro aspecto da autorregulação das organizações foi destacado por Tonini e Dolci (2020), que evidenciaram a utilização de uma certificação específica para os membros da cooperativa. Soto (2016) acrescenta que as comunidades decidem por fazer capacitações, em parcerias com atores externos, principalmente em áreas de gestão, produção e comunicação. As associações/cooperativas também relacionam a produção local com o turismo, aderindo a uma renda composta pela junção das duas produções (Soto, 2016; Ronconi, Menezes & Bittencourt, 2019; Tonini & Dolci, 2020; Mariosa et al., 2022). Além disso, as pesquisas apontam para aspectos relacionados à confiança e solidariedade, como o parentesco entre os cooperados (Soto, 2016; Ronconi, Menezes & Bittencourt, 2019) e troca de produtos entre diferentes produtores (Tonini

& Dolci, 2020). Práticas nesse sentido são comuns em organizações da economia social e solidária (Collazos, 2023).

Poucos casos versaram sobre as dinâmicas de liderança dentro das associações das comunidades. Marimon e Lima (2019) constatam um papel de muita importância no grupo de coletoras de sementes, dado a uma mulher que atua como elo de comunicação entre catadoras. Graciano e Holanda (2021) trataram sobre eleições, com mandatos definidos e a participação do líder que não impede a democracia e decisão conjunta. Vê-se também que a distribuição da renda varia de acordo com os casos, mas todos buscam fazê-la com maior nível de equidade possível (Marimon & Lima, 2019; Ronconi, Menezes & Bittencourt, 2019; Tonini & Dolci, 2020). Marimon e Lima (2019) observam um cuidado com relação ao meio ambiente em sua pesquisa – as mulheres membros têm consciência de assuntos amplos (desmatamento, mudanças climáticas).

Essas práticas educativas também são destacadas por Barros e Rodrigues (2019), que estudam uma iniciativa de TBC. Dentre os tópicos trabalhados estão as práticas sustentáveis de produção e educação ambiental. A produção orgânica é um ponto discutido em alguns textos, que atestam tanto para a consciência com relação às práticas ambientais (em muitos casos existe uma adesão a selos orgânicos), como um vínculo forte para o turismo (Tonini & Dolci, 2020; Walkowski et al., 2021). Por outro lado, Xavier et al. (2017) relata a dificuldade no manejo do lixo no assentamento rural, sendo que a comunidade se torna refém da falta de política e esforço público nesse sentido. Além disso, também existem poucos recursos hídricos. Casos em comunidades rurais apontam para problemas com relação a falta de infraestrutura de modo geral, mas principalmente hídrica (Maia & Gomes, 2020; Faxina & Freitas, 2022).

## 2.2 Compreendendo as iniciativas e potencialidades do TBC

O tópico anterior se debruçou em compreender como as comunidades se organizam internamente, contudo, ao se envolverem como turismo, essas comunidades se relacionam com uma série de outras dinâmicas e atores. Nesse sentido, tanto a gestão comunitária quanto o protagonismo local (Quadro 1) são dimensões compostas por questões que vão relacionar as comunidades - e sua organização - com o TBC. O protagonismo das comunidades na gestão e planejamento é o principal tema nos estudos (Cabanilla, 2015; Xavier et al., 2017; Barros & Rodrigues, 2019; Campos & Silva, 2020; Oliveira, Diógenes & Almeida, 2021). As principais dificuldades encontradas no campo para implementar a atividade turística giram em torno de conflitos internos e falta de informação (Kim, Park & Phandanouvong, 2014; Palacios, 2016).

Kim, Park e Phandanouvong (2014) apontaram uma série de barreiras para implementação do TBC como o nível educacional, a condição de vida precária, falta de infraestrutura, pouco aporte financeiro, disparidades de poder e incapacidade de gestão. Palacios (2016) constatou o conflito interno entre os moradores como um empecilho, mesmo o TBC sendo uma oportunidade de desenvolvimento. O planejamento e a governança local são indicados como formas de superar os desafios provenientes da falta de fomento financeiro e das relações desiguais de poder, além disso, contribuem para a organização da atividade junto aos atores locais, a profissionalização e a melhora do posicionamento da comunidade no turismo, mantendo sua autonomia sem precisar ser apropriada pelo mercado (Villavicencio, Zamora & Pardo, 2016).

Proença e Netto (2022) versam sobre o TBC no Rio Cuieiras - Amazonas (AM), e concluem que a comunidade passou por um longo processo desde que aderiu a atividades turísticas em seu território,

sendo que atualmente se apropriam da gestão do fluxo turístico, do artesanato, hospedagens e alimentação. O trabalho de Xavier et al. (2017) conclui que a participação e a gestão endógena da comunidade contribuem para o desenvolvimento do TBC, consideram a importância dos outros agentes que podem se envolver com a atividade turística, e propõem o diálogo entre os agentes como um meio para encontrar o melhor caminho na gestão do turismo. A integração dos atores foi tema de Tolkach e King (2015), que colocaram a constituição de uma rede nacional do TBC para prestar suporte às práticas da atividade, sem intervir na autonomia local. O diálogo entre os atores locais se mostra um aspecto de extrema importância, que impacta diretamente o planejamento e execução das práticas de TBC (Campos & Silva, 2020), e deve-se considerar a comunidade como protagonista e atores externos (instituições públicas e/ou privadas) como fomentadores (Moraes et al., 2020).

No que diz respeito ao protagonismo da comunidade nas dinâmicas turísticas, os casos apontam para uma integração de atividades turísticas com as rotinas da comunidade e os produtos locais (Fabrino, Costa & Nascimento, 2012; Gómez et al., 2015; Mano, Mayer & Fratucci, 2017; Amaral et al., 2017; Campos & Silva, 2020; Maia & Gomes, 2020; Oliveira, Diógenes & Almeida, 2021), a valorização do patrimônio histórico/cultural e ambiental (Burgos & Mertens, 2015; 2016; Corbari & Ferreira, 2019; Moraes et al., 2020; Mariosa et al., 2022; Proença & Netto, 2022). Existe uma relação entre o lazer experienciado no turismo e as práticas sociais tradicionais da comunidade. O TBC integra e aproxima visitantes e visitados e as experiências dessa aproximação, que consiste em vivenciar as rotinas e gastronomia locais, geram o lazer (Oliveira, Diógenes & Almeida, 2021).

Além disso, é de se considerar a importância da história, religião, ecologia, gastronomia e lazer locais e como esses fatores contribuem para o desenvolvimento do TBC (Campos & Silva, 2020). Amaral et al. (2017) concluem que a integração de atividades típicas da comunidade com serviços turísticos é possível e pode gerar diversificação produtiva e propor maior protagonismo para as comunidades. Maia e Gomes (2020) também apontam para o potencial de valorizar os atrativos locais e como esse fator pode contribuir para uma melhor qualidade de vida nas comunidades. Moraes et al. (2020) versam sobre aspectos não-humanos nas relações entre indivíduo e território-produção-meio ambiente, considerando que possuem importância para a comunidade e, logo, devem ser parte do escopo da experiência turística.

Xavier et al. (2017) estudaram potenciais de implementação de TBC no Sergipe (SE) e identificaram a adesão a produção agroecológica no assentamento e as possibilidades de implementar visitas às hortas por meio de um passeio integrado que envolveria todo o assentamento. Oliveira, Diógenes e Almeida (2021) chegam em conclusões similares ao estudaram a experiência turística oferecida no município de Aracati, no Ceará (CE). Os resultados apontaram que a comunidade uniu sua realidade, seu próprio patrimônio endógeno e ofertou passeios e, dessa forma, propiciou ao turista a experiência de se aproximar da realidade daquela comunidade.

O caso de Cruz e Fontana (2018) fala sobre feiras livres, que também resguardam contato com os locais, com os produtos, a cultura e o ambiente regional, o que também pode aumentar o movimento turístico. Proença e Netto (2022) observaram que o estilo de vida dos indígenas, a comercialização da cultura, tradições, costumes e crenças fazem parte do roteiro turístico que ofertam em seu território. Não distante, Mariosa et al. (2022) estudaram comunidades ribeirinhas que também aderiram às atividades de TBC. Além dos itens relacionados a produção e cultura, os ribeirinhos utilizam seus saberes de locomoção marítima nos rios da região para transporte de turistas.

### 3. Relacionando a Economia Social e Solidária e o TBC

Com base nas práticas de economia social e solidária, nas iniciativas e potencialidades do TBC e embasado na teoria, apresenta-se o Quadro 2.

**Quadro 2**  
As relações da economia social e solidária com o TBC

| <b>Organização Social e Solidária</b> |   |
|---------------------------------------|---|
| <b>Governança Local</b>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dinâmicas internas de tomada de decisão conjunta, participação coletiva e autonomia das associações/cooperativas.</li> <li>- Relações de diálogo entre as associações/cooperativas com atores externos (universidades, prefeituras locais etc.), que agem como fomentadores das comunidades em si, mas mantém a sua autonomia.</li> </ul>  |
| <b>Autorregulação</b>                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ferramentas de regulação que se diferem em cada caso, mas regulamentam as reuniões, a gestão dos recursos humanos, capacitações e questões de produção.</li> <li>- Produção local se relacionando com o turismo (integração de atividades).</li> <li>- Aspectos de solidariedade e confiança que são subjetivos e mudam em cada caso, mas seguem a lógica da Economia Social e Solidária.</li> </ul> |
| <b>Gestão Coletiva</b>                | <ul style="list-style-type: none"> <li>- A distribuição de renda prezando pela equidade.</li> <li>- Aspectos de liderança que se baseiam na construção da confiança e da autorregulação da comunidade.</li> </ul>   |
| <b>Relações Ambientais</b>            | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Educação Ambiental, que se reflete na consciência e cuidado com o meio ambiente por parte da comunidade.</li> <li>- Produção Sustentável.</li> <li>- Questões de infraestrutura (falta de água, principalmente).</li> </ul>  |
| <b>TBC</b>                            |   |
| <b>Gestão Comunitária</b>             | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação da comunidade (articulada em forma de associações ou cooperativas) na gestão do turismo, desde o planejamento até a execução.</li> <li>- Comunicação, interação e articulação entre atores internos (comunidade) e atores externos (instituições públicas e/ou privadas) em relação à atividade turística.</li> </ul>   |
| <b>Protagonismo Local</b>             | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Arquitetar roteiros turísticos que integralizam as rotinas, os saberes e os produtos da comunidade.</li> <li>- Propor aproximação entre o patrimônio histórico/cultural (os ritos, a cultura, os conhecimentos), patrimônio ambiental e o turista.</li> </ul>  |

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Compreender a organização interna das comunidades é importante para entender as práticas de TBC. A primeira parte do Quadro 2 buscou apontar o que os casos de comunidades que aderem ao TBC discutem sobre a organização das comunidades, pautando-se nos princípios da economia social e solidária. No que diz respeito à gestão interna das comunidades, a primeira dimensão é a **governança local**. As comunidades, de modo geral, se organizam como associação ou cooperativa. Há diferentes formas de estrutura dessas organizações e os textos não focam nesses aspectos, mas nota-se a presença de participação e decisões conjuntas, além de um diálogo com agentes externos (Soto, 2016; Xavier et al., 2017; Gómez-Carreto et al., 2018; Ronconi, Menezes & Bittencourt, 2019; Tonini & Dolci, 2020; Graciano & Holanda, 2021). Considerar a participação coletiva é um aspecto fundamental da

economia social e solidária, sendo esse o principal aspecto que conecta essa forma de organização com o TBC (Conti & Antunes, 2020). Ainda sobre a gestão, a governança local apontou uma heterogeneidade grande em termos de estrutura das organizações, é importante que os trabalhos considerem a estrutura funcional, bem como o fluxo de informações e comunicações entre os membros, tal como aponta Miranda (2020) e Kiffer (2021).

A **autorregulação** também apontou para uma diversidade de ferramentas (em termos de recrutamento/seleção de novos membros, utilização de certificação local, capacitações etc.). Foi visto em diversos casos a integração entre as atividades produtivas locais com o turismo. Também se destaca um aspecto da economia social e solidária que é a confiança entre os membros, que se manifesta por meio da troca de produtos entre moradores, laços familiares etc. (Soto, 2016; Ronconi, Menezes & Bittencourt, 2019; Tonini & Dolci, 2020; Mariosa et al., 2022). Os casos não se aprofundam em compreender como essas ferramentas se solidificam nas organizações, ou mesmo qual o seu funcionamento prático. Se por um lado, Kiffer (2021) destaca a necessidade de compreender os laços de confiança entre os membros, aponta também para questões estruturais como códigos de ética e conduta e regulamento interno. Conti e Antunes (2020) e Miranda (2020) trataram da gestão do fluxo de trabalho e solução de conflitos internos. Os casos que versam sobre TBC pouco falam desse aspecto.

Na dimensão da **gestão coletiva**, os casos apontaram para uma tentativa entre os membros das associações de buscar equidade na distribuição de renda e mostram que a liderança se baseia na construção da confiança entre os moradores locais (Marimon & Lima, 2019; Ronconi, Menezes & Bittencourt, 2019; Tonini & Dolci, 2020; Graciano & Holanda, 2021). A equidade na distribuição de renda vai ao encontro do que Conti e Antunes (2020) constataram como sendo uma visão voltada para a individualização. No que diz respeito à liderança, a confiança se torna o principal atributo para atribuir um cargo (Miranda, 2020). Contudo, o fomento da participação coletiva pode gerar rotação na função ou mesmo tornar desnecessária a presença de um líder formal.

Por fim, as **relações ambientais** apontaram os maiores problemas que as comunidades possuem: a infraestrutura local e a falta de recursos hídricos (Xavier et al., 2017; Maia & Gomes, 2020; Faxina & Freitas, 2022), a infraestrutura é um ponto que deve ser compreendido tanto na economia social e solidária quanto no TBC (Kiffer, 2021). Contudo, um ponto que pôde ser notado foi o aspecto da educação ambiental nas práticas cotidianas e servem para difundir tal conhecimento para as próximas gerações (Barros & Rodrigues, 2019; Marimon & Lima, 2019). Os casos também versaram sobre a produção sustentável (orgânica, em sua maioria) e na compreensão por parte dos membros da importância de tal modo de produção, criando uma consciência ambiental.

A segunda parte do Quadro 2 focou nas dinâmicas da comunidade quanto ao TBC. A **gestão comunitária** é o principal objetivo do TBC (Campos & Silva, 2020), é por meio da gestão endógena que os atores locais conseguem planejar e executar as atividades turísticas de acordo com sua realidade (Proença & Netto, 2022) - realidade essa, em termos de gestão interna, que pode ser mais bem compreendida a partir da primeira dimensão do modelo. Os casos apontaram para a participação da comunidade na gestão do turismo, além de um aspecto relacional com atores externos (Moraes et al., 2020). O turismo é uma atividade que necessariamente vai envolver outros atores, nesse sentido, o diálogo é de suma importância para que o TBC se fortaleça.

Sobre o **protagonismo local**, muito além da gestão da atividade, o TBC é pensado na oferta de produtos turísticos endógenos. Nesse sentido, a arquitetura dos roteiros deve considerar os saberes, produtos e atores locais, além do patrimônio simbólico e físico (histórico/cultural/ambiental) (Amaral

et al., 2017; Campos & Silva, 2020; Maia & Gomes, 2020; Mariosa et al., 2022; Proença & Netto, 2022). O TBC se difere do turismo de massa ao considerar o protagonismo local na gestão, mas também nos recursos e estruturas (Zanetoni et al., 2022). Ocorre que muitos casos apontaram para problemas na infraestrutura local, principalmente em recursos hídricos, nesse sentido, o diálogo com atores externos pode ser um ponto para superar tal realidade.

#### **4. Considerações Finais**

O objetivo deste ensaio teórico foi relacionar a economia social e solidária com o TBC. As comunidades que aderem às práticas de TBC se organizam a partir dos princípios da economia social e solidária. Uma aproximação teórica identificou duas dimensões e seis categorias que aproximam as teorias. A primeira utiliza os preceitos da economia social e solidária para entender as dinâmicas de organização interna das comunidades, a segunda foca em TBC, apontando para dinâmicas de gestão e produto turístico. Na sequência, foi feito um levantamento teórico sobre casos práticos de iniciativa de TBC e os pontos que esses casos traziam dentro de cada uma dessas categorias é o resultado de um compilado de práticas e dinâmicas apontadas em diversos casos em comunidades que aderiram ao TBC. Destacando-se alguns pontos que permitem uma aproximação, não somente teórica, mas prática da organização da comunidade (economia social e solidária) e das dinâmicas com o turismo (TBC).

Os casos trouxeram questões que permitem aprofundar na participação coletiva e a autonomia das comunidades e como isso se configura uma série de ferramentas de autorregulação, que são específicas para cada realidade. O diálogo com atores externos se mostrou como uma ligação entre as comunidades e o turismo, o que não deve ser visto como um limitante à autonomia, mas sim como uma relação dialogal que pode beneficiar as comunidades. Outras questões como distribuição justa de renda, lideranças pautadas na confiança, educação ambiental, produção local se relacionam com as atividades turísticas, produção sustentável (em alguns casos com selos orgânicos), participação da comunidade no planejamento do turismo e roteiro turístico de acordo com a realidade local foram pontos identificados.

O que se apresentou neste ensaio teórico permite que pesquisas futuras compreendam melhor a organização interna das comunidades e como elas gestam as atividades turísticas. A proposta que se construiu aqui, com uma série de apontamentos feitos em pesquisas sobre iniciativas de TBC, ainda se mostra limitada ao fato de muitas dessas pesquisas não tratarem da organização da comunidade. Nesse sentido, maior atenção deve ser dada na estrutura funcional das organizações, questões de comunicação interna, códigos de conduta e solução de conflitos internos.

#### **Agradecimentos e Financiamento**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## Referências

- ALDECUA, M. J. F. (2011). TURISMO COMUNITÁRIO E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: ESTAMOS FALANDO DA MESMA COISA? THE SUSTAINABLE PERIPLO, 20, PP. 31-74.
- AMARAL, A. F., SAMPAIO, A. C. M., MESSIAS, N. C. & JESUS, V. S. G. (2017). TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: POSSIBILIDADES DE EMPODERAMENTO DA COMUNIDADE SERRA NEGRA, ALMAS (TO). REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO, SÃO PAULO, 10(1), PP. 142-156.
- ARIAS-HIDALGO, D. & MÉNDEZ-ESTRADA, V. H. DIFERENÇAS NA HABITAÇÃO, ALOJAMENTOS TURÍSTICOS, IDIOMA, PARENTESCO E PERCEPÇÃO DO TURISMO EM COMUNIDADES BRIBRI COM DIFERENTES NÍVEIS DE ISOLAMENTO GEOGRÁFICO (TALAMANCA, COSTA RICA). CADERNOS DE PESQUISA UNED, 7(2), P. 119-129.
- BARROS, A. L. R. & RODRIGUES, C. G. O. (2019) EDUCAÇÃO DIFERENCIADA E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NOS TERRITÓRIOS CAIÇARAS DE PARATY (RJ). AMBIENTE E SOCIEDADE, 22.
- BONI, I. M. & VIEIRA, R. (2015). TURISMO ALTERNATIVO SOLIDÁRIO E O CENTRO PÚBLICO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE ITAJAÍ, SC. INTERAÇÕES, 16(2), PP. 635-375. <https://doi.org/10.1590/151870122015211>
- BURGOS, A. & MERTENS, F. (2016). AS REDES DE COLABORAÇÃO NO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: IMPLICAÇÕES PARA A GESTÃO PARTICIPATIVA. TOURISM & MANAGEMENT STUDIES, 12. 2.
- BURGOS, A. & MERTENS, F. (2015). OS DESAFIOS DO TURISMO NO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE: AS CONTRIBUIÇÕES DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA. PASOS, 13(1), PP. 57–71.
- CABANILLA, E. (2015). IMPACTOS CULTURALES DEL TURISMO COMUNITARIO EN ECUADOR SOBRE EL ROL DEL CHAMÁN Y LOS RITOS MÁGICO-RELIGIOSOS. ESTUDIOS Y PERSPECTIVAS EN TURISMO, 24, P. 356–373.
- CAMPOS, J. S. & SILVA, L. G. (2020). POTENCIALIDADES TURÍSTICAS NO PROJETO DE ASSENTAMENTOS SERRA DOURADA NO MUNICÍPIO DE GOIÁS (GO) EM 2017. REVISTA MIRANTE, 13(2).
- CHAVES, R. & SAVALL, T. (2014). LA INSUFICIENCIA DE LAS ACTUALES POLÍTICAS DE FOMENTO DE COOPERATIVAS Y SOCIEDADES LABORALES FRENTE A LA CRISIS EN ESPAÑA. REVESCO, 113, PP. 61-91. [https://doi.org/10.5209/rev\\_reve.2014.v113.43383](https://doi.org/10.5209/rev_reve.2014.v113.43383)
- COLLAZOS, J. M. (2023). POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LA ECONOMÍA SOCIAL SOLIDARIA EN COLOMBIA EN TIEMPOS DE PANDEMIA Y CRISIS DEL NEOLIBERALISMO. COOPERATIVISMO & DESARROLLO, 31(125), P. 1-24. <https://doi.org/10.16925/2382-4220.2023.01.04>
- CONTI, B. R. & ANTUNES, D. C. (2020). TURISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA APROXIMAÇÃO RELUTANTE. ROSA DOS VENTOS, 12(1). <https://doi.org/10.18226/21789061.v12i1p106>
- CORBARI, S. D. & FERREIRA, M. R. (2019). SER OU NÃO SER SUSTENTÁVEL, EIS A QUESTÃO! UM OLHAR SOBRE A RELAÇÃO DA PESQUISA EM TURISMO E A PANACEIA DO SUSTENTÁVEL. REVISTA TURISMO EM ANÁLISE, 30(3), PP. 423-439. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v30i3p423-439>
- COSTA, H. A. (2013). DESTINOS DO TURISMO: PERCURSOS PARA A SUSTENTABILIDADE. RIO DE JANEIRO: FGV.
- CRUZ, R. M. M. & FONTANA, R. F. (2018). FEIRA DO PEIXE VIVO: FEIRAS RURAIS ENQUANTO ALTERNATIVA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. APPLIED TOURISM, 3(3), PP. 37-53.

- EÇA, T. S. S. (2021). ECONOMIA SOLIDÁRIA NA BAHIA: UMA EXPERIÊNCIA: BANCO SOLIDÁRIO QUILOMBOLA DO IGUAPE. IN: SILVA, A. L. V (ORG.). ESTUDOS EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS. (PP. 48-58). POISON
- ESCOBAR, A. (2005). O LUGAR DA NATUREZA E A NATUREZA DO LUGAR: GLOBALIZAÇÃO OU PÓS-DESENVOLVIMENTO? IN: LANDER, E. (ORG.). A COLONIALIDADE DO SABER: EUROCENTRISMO E CIÊNCIAS SOCIAIS. (PP. 69-86). CLACSO.
- FABRINO, N. H., COSTA, H. A. & NASCIMENTO, E. P. (2012). TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (TBC): ELEMENTOS CHAVES PARA AFERIR SEU DESEMPENHO NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE. REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO, 5(3), PP. 546–559. <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2012.v5.6224>
- FAXINA, F. & FREITAS, L. B. A. (2021). ANÁLISE DE IMPLANTAÇÃO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM TERRA CAÍDA, SERGIPE, BRASIL. REVISTA TURISMO VISÃO E AÇÃO, 23(1), PP. 242-262. <https://doi.org/10.14210/rtva.v23n1.p242-262>
- FLORES, Y., LIMA, F. B. C. & CHRISTOFFOLI, A. R. (2016). TURISMO RURAL COMUNITÁRIO: ESTRATÉGIAS DE GESTÃO E CONSOLIDAÇÃO FAMILIAR NO ESTADO DE SANTA CATARINA (BRASIL). ESTUDOS E PERSPECTIVAS EM TURISMO, 25(4), PP. 576-596.
- FONSECA, S. A., MORAIS, L. & CHIARIELLO, C. L. (2021). AS CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO DA COVID-19: O CASO DAS HORTAS COMUNITÁRIAS EM ARARAQUARA (SP), BRASIL. REVISTA SOBRE MÉXICO, 1(ESPECIAL2), PP. 9-16.
- GARCÍA, D. A. (2020). UNA RUTA PROYECTADA ENTRE MIELES Y DEVENIRES: REPRODUCCIÓN AMPLIADA Y AMBIENTES PARA LA VIDA EN UNA EXPERIENCIA TURÍSTICA COOPERATIVA. [DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, FLACSO]. BUENOS AIRES, ARGENTINA.
- GÓMEZ-CARRETO, T., ESCOBAR, J. A. Z., CUEVAS, L. A. G. & ALBORES, A. C. C. (2018). INNOVACIÓN SOCIAL, TURISMO RURAL Y EMPRESAS SOCIALES. EVIDENCIAS DESDE EL SUR-SURESTE DE MÉXICO. EL PERIPLO SUSTENTABLE, 34.
- GÓMEZ, C. R. P., FALCÃO, M. C., CASTILLO, L. A. G., CORREIA, S. N. & OLIVEIRA, V. M. (2015). TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO INOVAÇÃO SOCIAL: CONGRUÊNCIA ENTRE OS CONSTRUCTOS. PASOS, 13(5), PP. 1213-1227.
- GRACIANO, P. F. & HOLANDA, L. A. (2021). GOVERNANÇA DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ESTUDO DOS ENTRAVES PARA A CONSOLIDAÇÃO DE DUAS COMUNIDADES EM RECIFE (PERNAMBUCO, BRASIL) SOB A LUZ DO MODELO DE ANÁLISE DA GOVERNANÇA. REVISTA TURISMO EM ANÁLISE, 32(2), PP. 367-388. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v32i2p367-388>
- KIEFFER, M. (2021). EL TURISMO DE LAS COMUNIDADES RURALES EN MÉXICO: UN TURISMO ALTERNATIVO ENMARCADO EN LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA. OTRA ECONOMÍA, 14(26), PP. 62-82.
- KIM, S., PARK, E & PHANDANOUVONG, T. (2014). BARRIERS TO LOCAL RESIDENTS' PARTICIPATION IN COMMUNITY-BASED TOURISM: LESSONS FROM HOUAY KAENG VILLAGE IN LAOS. [APRESENTAÇÃO DE TRABALHO] SHS WEB OF CONFERENCES, 12. <https://doi.org/10.1051/shsconf/20141201045>
- LAVILLE, J. L. (2004). MARCO CONCEPTUAL DE LA ECONOMÍA SOLIDARIA. IN: LAVILLE, J. L. (ORG.). ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA. UNA VISIÓN EUROPEA. (PP. 1-25). EMES.
- LEMAS VALENCIA, M. F. & GARCÍA DE FUENTES (2019). A. ECONOMIA SOCIAL E TURISMO ALTERNATIVO: O CASO DA PENÍNSULA DE YUCATÁN. TOURIST DIMENSIONS, 3(5), PP. 79-95.
- LUZ DOS SANTOS, K., RIBEIRO DOS SANTOS, S. & MARQUES, A. R. (2020). PERCEPÇÃO DOS ATORES SOBRE A FEIRINHA SÃO LUÍS COMO ESPAÇO DE INCENTIVO À ECONOMIA SOLIDÁRIA E AO TURISMO. CIÊNCIA GEOGRÁFICA, 24(3).

- MAIA, A. H. & GOMES, J. L. C. (2020). TURISMO E MEMÓRIAS: PRÁTICAS E SABERES NO ASSENTAMENTO SERRA VERDE, BARRA DO GARÇA-MT. GUAJU, 6(1), PP. 3-28.
- MALDONADO, C. (2009). O TURISMO RURAL COMUNITÁRIO NA AMÉRICA LATINA: GÊNESIS, CARACTERÍSTICAS E POLÍTICAS. IN: BARTHOLO, R., SANZOLO, D. G. & BURSZTYN, I. (ORG.). TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: DIVERSIDADE DE OLHARES E EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS. (PP. 25-44). LETRA E IMAGEM.
- MANO, A. D., MAYER, V. F. & FRATUCCI, A. C. (2017). TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA FAVELA SANTA MARTA (RJ): OPORTUNIDADES SOCIAIS, ECONÔMICAS E CULTURAIS. REVISTA BRASILEIRA DE PESQUISA EM TURISMO, 11(3), PP. 413-435. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v11i3.1314>
- MARIMON, A. S. & LIMA, M. T. (2019). CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE DA VIDA: REVISÃO TEÓRICA E DIÁLOGO COM AS PRÁTICAS DE MULHERES COLETORAS DA REDE DE SEMENTES DO XINGU, BRASIL. OUTRA ECONOMÍA, 12(22), PP. 220-237.
- MARIOSIA, D. F., MORAIS, L. P., BRITO, B. R., FALSARELLA, O. M., SUGAHARA, C. R. & BENEDICTO, S. C. (2022). A CONTRIBUIÇÃO DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA PARA A AUTONOMIA DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS SITUADAS NUMA ÁREA DE RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA. OUTRA ECONOMÍA, 15(27), PP. 84-102.
- MIRANDA, R. F. (2020). CUATRO PILARES PARA EL FUNCIONAMIENTO DE PROCESOS COLECTIVOS: APUNTES SOBRE GOBIERNO, AUTORREGULACIÓN, GESTIÓN Y RELACIONES EN ORGANIZACIONES DE LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA. OUTRA ECONOMÍA, 13(24), PP. 25-45.
- MORAES, E. A., IRVING, M. A., PEDRO, R. M. L. R. & OLIVEIRA, E. (2020). TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA À LUZ DA TEORIA ATOR-REDE: NOVOS CAMINHOS INVESTIGATIVOS NO CONTEXTO BRASILEIRO. REVISTA CRÍTICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 122(NÚMERO NÃO TEMÁTICO), PP. 145-168. <https://doi.org/10.4000/rccs.10761>
- MOREIRA, M. A. (2019) A ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA COMO CONDIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. UN INTER-AGENCY TASK FORCE ON SOCIAL AND SOLIDARITY ECONOMY.
- OLIVEIRA, A. A. N., DIÓGENES, C. M. & ALMEIDA, D. M. F. (2021). LAZER E PROTAGONISMO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA DE TURISMO COMUNITÁRIO NO NORDESTE BRASILEIRO. CADERNOS DE GEOGRAFIA, 43, PP. 67-80.
- PALACIOS, C. G. (2016). TURISMO COMUNITARIO EN ECUADOR ¿QUO VADIS? ESTUDIOS Y PERSPECTIVAS EN TURISMO, 25(ESPECIAL), PP. 597-614.
- PALOMINO VILLAVICENCIO, B. & LÓPEZ PARDO, G. (2019). RELAÇÕES DE TURISMO DE NATUREZA, COMUNALIDADE E RESILIÊNCIA NA SIERRA NORTE DE OAXACA. DEGRAUS, 17(6), PP. 1205-1216. <https://doi.org/10.26512/revistacenario.v7i13.19657>
- PAVLOVSKAYA, M., BOROWIAK, C., SAFRI, M., HEALY, S. & ELETTO, R. (2020). THE PLACE OF COMMON BOND: CAN CREDIT UNIONS MAKE PLACE FOR SOLIDARITY ECONOMY? ANNALS OF THE AMERICAN ASSOCIATION OF GEOGRAPHERS, 110(4), PP. 1278-1299.
- PROENÇA, A. R. G. B. & NETTO, A. P. (2022). TURISMO EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS: DESENVOLVIMENTO E IMPACTO SOCIOCULTURAL NA COMUNIDADE INDÍGENA NOVA ESPERANÇA “PISASÚ SARUSAWA” (RIO CUIEIRAS - AMAZONAS). REVISTA BRASILEIRA DE PESQUISA EM TURISMO (RBTUR), 16, E-2408. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2408>
- RAZETO, L. (1990). ECONOMÍA POPULAR DE SOLIDARIDAD. SANTIAGO DE CHILE: ÁREA PASTORAL SOCIAL DE LA CONFERENCIA EPISCOPAL DE CHILE, PROGRAMA DE ECONOMÍA DEL TRABAJO.

- RONCONI, L. F. A., MENEZES, E. C. O. & BITTENCOURT, B. L. (2019). DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL INICIATIVA DE ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA NO CONTEXTO DO TURISMO. DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO, 17(49), PP. 94-111. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2019.49.94-111>
- SANSOLO, D. G. & BURSZTYN, I. (2009). TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: POTENCIALIDADE NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO. IN: BARTHOLO, R., SANSOLO, D. G. & BURSZTYN, I. (ORGS.). TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: DIVERSIDADE DE OLHARES E EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS. (PP. 142-161), LETRA E IMAGEM.
- SIMON, V. P. & BOEIRA, S. L. (2017). ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA E EMPODERAMENTO FEMININO. CIÊNCIAS SOCIAIS UNISINOS, 53(3), PP. 532-542.
- SINGER, P. (2002). INTRODUÇÃO À ECONOMIA SOLIDÁRIA. FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO.
- SOTO, V. M. (2016). REDES DE TURISMO RURAL COMUNITARIO: LA EXPERIENCIA DE ARGENTINA Y COSTA RICA. TECNOLOGÍA EN MARCHA, 29(ESPECIAL ESTUDIANTES 3), PP. 59-68.
- TOLKACH, D. & KING, B. (2015). STRENGTHENING COMMUNITY-BASED TOURISM IN A NEW RESOURCE-BASED ISLAND NATION: WHY AND HOW? TOURISM MANAGEMENT, 48, PP. 386-398.
- TONINI, H. & DOLCI, T. S. (2020). TURISMO RURAL E NOVOS MERCADOS PARA PRODUTOS ALIMENTARES AGROECOLÓGICOS: ESTUDO DE CASO DA ROTA VIA ORGÂNICA. ROSA DOS VENTOS, 12(3), PP. 537-554. <https://doi.org/10.18226/21789061.v12i3p537>
- VILLAVICENCIO, B. P., ZAMORA, J. G. & PARDO, G. L. (2016). EL TURISMO COMUNITARIO EN LA SIERRA NORTE DE OAXACA: PERSPECTIVA DESDE LAS INSTITUCIONES Y LA GOBERNANZA EN TERRITORIOS INDÍGENAS. EL PERIPLO SUSTENTABLE, 30, PP. 6-37.
- WALKOWSKI, M. C., PIRES, P. S., LOPES, C. V. & ASSING, L. MEMÓRIAS ALIMENTARES NO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DA ACOLHIDA NA COLÔNIA, SANTA CATARINA, BRASIL. ROSA DOS VENTOS, 13(1), P. 156-176. <https://doi.org/10.18226/21789061.v13i1p156>
- XAVIER, P. W. L., OLIVEIRA, P. D. M., LEITE, J. K. S. & RODRIGUES, G. G. (2017). TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: POSSIBILIDADES PARA O MONUMENTO NATURAL GROTA DO ANGICO E O PROJETO DE ASSENTAMENTO JACARÉ-CURITUBA, SERGIPE, BRASIL. REDE – REVISTA ELETRÔNICA DO PRODEMA, 11(1), PP. 104-116.
- ZANETONI, J. P. F., MARIANI, M. A. P., ARAÚJO, G. C. & SANTOS, G. M. (2022) TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (TBC) COMO FONTE DE RENDA PARA ASSENTAMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR. ECONOMIA E REGIÃO, 10(3), PP. 113-131. <https://doi.org/10.5433/2317-627x.2022v10n3p103>